

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Ciência Econômicas

**ERNANDE SILVA DOS REIS**

**PANORAMA DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NO SERTÃO ALAGOANO**

Santana do Ipanema,

2022

ERNANDE SILVA DOS REIS

**PANORAMA DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NO SERTÃO  
ALAGOANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Alagoas como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Economista.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão  
Guerreiro Barbosa

Santana do Ipanema,

2021

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto –  
CRB-4 – 1767

R375p Reis, Ernande Silva dos.

Panorama da certificação orgânica no sertão alagoano / Ernande  
Silva dos Reis. –2022.

39 f. : il.

Orientador: Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas)  
– Universidade Federal de Alagoas. Campus Sertão. Santana do Ipanema,  
2022.

Bibliografia: f. 38-39.

1. Produtos orgânicos - Certificação. 2. Ecologia agrícola. I. Título.

CDU: 631.95

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus todo poderoso por me dar a dádiva da vida e permiti que posso estudar, também agradeço a Universidade Federal de Alagoas por disponibilizar todos as maneiras adequadas para que eu possa realizar meu desenvolvimento social e de maneira responsável disponibilizar todos os métodos para que me tornar um economista com todos os conhecimentos necessários, também agradecer as pessoas mais importante da minha vida que é primeiramente minha família, meus pais Orlando Silva e Ivonete Silva que sem eles não estaria aqui, com todas as dificuldades que sofreram na vida e todos os problemas que meu Pai sofreu de nunca ter conhecido o que é o prazer de estudar nem de ter acesso a uma escola eles me disponibilizarão todos os confortos que pode ser atribuído, para que eu possa ser um excelente profissional, seguidamente meus agradecimento ao meus irmão que sempre me encorajaram a continuar dedicado mas falando diretamente do meu irmão Ermerson Henrique que com sempre me incentivou a pensar mais alto e que todos os objetivos podem ser alcançado com dedicação e esforço ele com fonte de minha inspiração primordial para ser Economista, agradeço também as meu professores principalmente meu orientador que sempre me ajudou nessa caminhada árdua, agradeço a minha namorada Giselda Torres que nessa reta final de ajudou como apoio psicológico e incentivo para poder realizar meus Sonhos, e por último agradeço todos os meu amigo de graduação que me auxiliarão para minha formação em fim sou gratos a todos porque me desenvolveram todo o meu capital humano.

## RESUMO

Nesse trabalho inicialmente trago todas as características do sistema orgânico e todos os surgimentos desde Rudolph Steiner em 1920 até 1925 e 1930 com o Inglês Alber Howard e em 1940 no, os Estados Unidos da América com Jerome Irving Rodale, em que os mesmos surgiram com a proteção da natureza o cuidado com o solo, plantas e o meio ambiente, nesse trabalho apresento também a visão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que são considerados produtos orgânicos, sejam eles in natura ou processados, aqueles produzidos dentro de um sistema orgânico de produção agropecuário ou obtidos de processo extrativista sustentável que não prejudicial ao ecossistema, posteriormente apresento que no Brasil existe em vigor três tipos de certificação de produtos orgânicos todas elas reconhecida pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica, ela que é um selo que está presente em todos os produtos orgânicos em todo território Brasileiro são eles por Auditoria, Sistema de Participativo de Garantias e Certificação de Controle Social, em fim apresento os dados do sistema de certificação orgânico e a pesquisa feito em loco com agricultores da cidade se São José da Tapera, a visita foi efetuada no formato informal para obter todos os dados, onde encontrei agricultores que cuidam da natureza.

**Palavras-chave:** Certificação, Produção Orgânicos, Agroecologia

## ***ABSTRACT***

In this work I initially bring all the characteristics of the organic system and all the emergences from Rudolph Steiner in 1920 to 1925 and 1930 with the Englishman Alber Howard and in 1940 in the United States of America with Jerome Irving Rodale, in which they emerged with the protection of nature care for the soil, plants and the environment, in this work I also present the vision of the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply that are considered organic products, whether in natura or processed, those produced within an organic system of agricultural production or obtained from a sustainable extractive process that is not harmful to the ecosystem, later I present that in Brazil there are three types of certification of organic products in force, all of them recognized by the Brazilian System of Organic Conformity Assessment, which is a seal that is present in all organic products in all Brazilian territory they are Audited, Participative of Guarantees and Certification of Social Control, finally I present the data of the organic certification system and the research carried out in loco with farmers in the city of São José da Tapera, the visit was carried out in an informal format to obtain all the data, where I found farmers who care for nature.

**Keywords:** Certification, Organic Production, Agroecology

## LISTA DE ILUTRAÇÃO

<b>Figura 1</b> - Selo da SisOrg .....	18
<b>Figura 2</b> - Fluxograma sobre o passo a passo da certificação orgânica por auditoria.....	20
<b>Figura 3</b> – Declaração de cadastro de produção vinculado a OCS do Sr. José Taliano.....	33
<b>Figura 4</b> - Imagem do produtor Taliano e a técnica da Emater Eliane e a traz a barragem ..	34
<b>Figura 5</b> - Imagem do produtor Agnaldo e a técnica da Emater Eliane .....	35
<b>Figura 6</b> - Barragem Subterrânea feita com recursos próprios por Seu Dedé .....	36
<b>Figura 7</b> - Imagem da produção do Edésio Melo .....	37

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Venda de produtos orgânico no mundo .....	27
<b>Gráfico 2</b> – Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos .....	28
<b>Gráfico 3</b> – Certificados pelas Organização e Controle Social (OCS) por região .....	29

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Inmetro	Normalização e Qualidade Industrial
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
Opac	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
OCS	Organizações de Controle Social
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
IFOAM	Organics International The International Federation of Organic Agriculture Movements
ASPROC	Amazonas (AM) a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC)
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
ITERAL	Instituto de Terras e Reforma Agrária De Alagoas
CEDAFRA	O Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Sebrae
IFAL	Instituto Federal de Alagoas

COOPCAF	Cooperativa De Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de São José da Tapera e Região
Casal	Companhia de Saneamento de Alagoas
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Apa	Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia do Mun. De Pão De Açúcar-AL
ASSA	Articulação do Semiárido Brasileiro

## Sumário

<b>LISTA DE ILUTRAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>1</b> <b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b> <b>PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS</b> .....	<b>16</b>
<b>3</b> <b>SISTEMA PRODUÇÃO ORGÂNICA</b> .....	<b>17</b>
3.1      Sistemas de certificação orgânica.....	18
3.2      Certificação pode auditoria .....	19
3.3      Sistema participativo de garantia .....	21
3.4      Controle social para a venda direta .....	22
3.5      Panorama dos sistemas mundiais e brasileiro .....	26
3.6      Panorama do sertão alagoano .....	30
<b>4</b> <b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>38</b>
<b>5</b> <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho inicialmente foi planejado após uma discussão no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que tinha como objetivo de analisar o Panorama do Sistema Produtivo Orgânico e Agroecológico em Alagoas, umas das etapas consistia em analisar o sistema de certificação orgânica, setor ao qual fiquei encarregado. Com a pandemia decorrente do vírus covid-19 que ocorreu em escala mundial, o trabalho obteve muitos problemas, estando muito imerso no tempo quis continuar a pesquisa mesmo após a conclusão do trabalho, o objetivo era saber mais sobre o conteúdo. Inicialmente, realizei uma pesquisa com os agricultores na cidade de São José da Tapera, no sertão Alagoano, e depois, junto ao professor Luciano, comecei a análise sobre o tema.

Segundo Rezende (2005), em 1920, surgiram os primeiros modos alternativos de produção agrícola baseados em quatro vertentes: primeiramente, a Agricultura Biodinâmica, instituída em 1924 na Alemanha por Rudolph Steiner, considerada como uma “ciência espiritual”, que instituiu a interação entre a produção animal e vegetal, como adubação verde e rotatividade de culturas. Em segundo lugar, surgiu a Agricultura Biológica nos anos 1930 na Suíça, inspirada por Hans Peter Müller, que estimulou o desenvolvimento de sistemas de produção que protegessem o meio ambiente e se preocupassem com a qualidade biológica dos alimentos e com o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e sustentáveis.

Em um terceiro momento o desenvolvimento do sistema de produção orgânica surgiu no Japão em 1935 e foi desenvolvida por Mokiti Okada, o surgimento do sistema orgânico com o conceito baseado no alimento saldável que purifica a alma, e futuramente, foi chamado de Igreja Messiânica. O último surgimento, foi nos anos de 1925 e 1930 com o inglês Alber Howard, em 1940. Nos Estados Unidos da América, com Jerome Irving Rodale, em que os mesmos surgiram com a proteção da natureza e o cuidado com o solo, plantas, e o meio ambiente.

No Brasil a Lei nº. 10.831 de 23 de dezembro de 2003 foi a gênese das diretrizes normativas do segmento agropecuário orgânico e agroecológico no Brasil. Essa normativa balizou a conduta dos produtores que desenvolviam a agricultura sustentável no Brasil, uma vez que a agricultura orgânica se tornou um segmento agregador das demais correntes de agricultura sustentável, pelo menos na perspectiva comercial. Esta lei também pode ser considerada a origem do sistema de garantia de certificação e padronização para os produtos orgânicos no país.

Os sistemas de garantia de certificação e padronização para os produtos orgânicos têm como objetivo a busca por sustentabilidade econômica, social e ecológica para o sistema produtivo, como também, aumentar a confiabilidade sobre a procedência e comprovação de que os produtos orgânicos seguem requisitos exigidos e possuem os atributos necessários para que sejam classificados como orgânicos. Assim, é utilizado a certificação ou selo para trazer mais confiança ao consumidor de que ele está adquirindo um produto que possui atributos que ele demanda (PINTO; PRADA, 2000).

No Brasil existem três formas de adquirir uma “licença” para poder comercializar os produtos orgânicos. Esta “licença” na verdade, são formas de se obter uma certificação. Os produtos orgânicos podem ser certificados por meio de uma OAC (Organismo Avaliação da Conformidade Orgânica), sendo credenciado no Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA), ou realizar o cadastramento em grupo, junto ao MAPA para realizar vendas diretas sem certificado.

Existem, ainda, mais três formas de certificação para produtos orgânicos no Brasil. Uma forma é via Sistema de Certificação por Auditoria: que é a concessão do selo SisOrg (Sistema Brasileiro de Conformidade Orgânica) feito por instituições públicas ou privadas cadastradas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento que seguem normativas nacionais e internacionais de controle e fiscalização, além de fiscalizar e exigir que os produtores sigam os requisitos técnicos exigidos pela legislação brasileira. Outra forma é via Sistema Participativo de Garantia, que ocorre por meio de um sistema coletivo, formado através da participação de diversos atores da sociedade (produtores, consumidores, técnicos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor) que participam ou estão interessados em participar de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) que seja legalmente constituído. Contudo, esse sistema é fiscalizado e responderá ao SisOrg.

Por fim, a terceira forma é via Controle Social na Venda Direta. Essa forma de garantia não emite selo, apenas exige o credenciamento em uma Organização de Controle Social (OCS), que seja cadastrada em órgão fiscalizador. Esta é uma exceção da legislação brasileira, que cobra a obrigatoriedade de certificação ou selo para os produtos orgânicos comercializados, porém, como na venda direta há o contato do produtor com o produto orgânico para o consumidor, esta relação acaba por construir um sistema de confiança que acaba tendo força de certificado ou selo de garantia.

Portanto, com o aumento da produção e comercialização de produtos orgânicos no

mundo, no Brasil, se torna cada vez mais necessário sistemas de garantias para a proteção dos consumidores, para comprovar de fato que ele está adquirindo um produto com os atributos que está sendo anunciado e vendido.

Assim, esta pesquisa possui como objetivo analisar como ocorre o processo de certificação dos sistemas produtivos orgânico e agroecológico, e analisar dados dos agricultores certificados no mundo com foco em Alagoas.

## 2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Essa pesquisa buscou analisar o processo de certificação dos produtos oriundos dos sistemas produtivos orgânico e agroecológico em Alagoas e no mundo. Essa pesquisa buscou entender, de forma introdutória, como este processo ocorre.

Em sua execução, estava previsto a realização de revisão de literatura e pesquisa de campo, realizando entrevistas para entender o processo de certificação dos produtos orgânicos e agroecológicos em Alagoas.

Primeiro foi realizada a entrevista de campo no dia 10 de setembro de 2021, com a Técnica da Emater Eliane Vieira, por meio informais por motivos de uma pandemia global, busquei entender e estar imersivo no ambiente do agricultor e do processo da produção do produto que contém a certificação orgânica, a pesquisa foi realizada no sertão alagoano, com agricultores da cidade de São José da Tapera, interior de Alagoas por conta de sua proximidade. Nessa pesquisa, visitei 3 agricultores que são os principais e mais ativos produtores de São José da Tapera possuindo certificado de produtos orgânicos.

Realizei posteriormente um levantamento literário sobre os temas, inicialmente dos sistemas produtivos orgânico e agroecológico, e busquei compreender como os autores discutiam sobre o tema e, dessa forma, trazer para o trabalho a comparação com as informações da pesquisa, a busca foi realizado no Google, Google Acadêmico e nos sites dos Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto de Terras e Reforma Agrária De Alagoas ITERAL e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Sebrae/AL.

### 3 SISTEMA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Esse sistema orgânico é baseado no cuidado com a natureza, e a união de uma alimentação saudável que não contém produtos químicos colocado na produção do alimento, aliado a melhor utilização do solo e cultivo de produção, que é a forma que o homem pode viver junto com a natureza cuidando e tirando os frutos para sua alimentação, são a melhor forma que o ser humano pode viver.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2016), são considerados produtos orgânicos, sejam eles in natura ou processados, aqueles produzidos dentro de um sistema orgânico de produção agropecuário ou obtidos de processo extrativista sustentável que não prejudica o ecossistema. O MAPA estabelece as seguintes finalidades dos sistemas de produção orgânicos:

- 1) Preservar a diversidade biológica dos ecossistemas e recompor a diversidade biológica dos ecossistemas modificados onde estejam inseridos;
- 2) Empregar produtos e processos que mantenham ou incrementem a fertilidade do solo e promovam o desenvolvimento e equilíbrio da atividade biológica do solo;
- 3) Adoção de práticas baseadas no uso saudável do solo, da água e do ar, de forma a reduzir e minimizar a contaminação e desperdícios desses recursos;
- 4) Estabelecer relações de trabalho baseadas em justiça, dignidade e equidade;
- 5) Incentivar a integração entre os diferentes participantes da rede de produção orgânica e a regionalização da produção e do comércio dos produtos, estimulando os circuitos curtos e a relação direta entre o produtor e o consumidor final;
- 6) A reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo possível o emprego de recursos naturais não renováveis;
- 7) Adoção de práticas de manuseio e processamento que mantenham a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas, da produção até o consumo e;
- 8) Estimular práticas de manejo produtivo que preservem as condições de bem-estar dos animais.

Todos os itens anteriores são protegidos por lei federal de número 10.831 de 23 de dezembro de 2003 que no seu artigo primeiro: Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais [...], nessa lei aborda-se todos os temas sobre a agricultura orgânica no Brasil e no artigo 3º, inciso 2, que fala da certificação da produção orgânica de que trata o caput deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País. Também nesse artigo cita-se as sanções de punição para não cumprimento

da lei que resulta em multa de R\$1 milhão de reais, suspensão de comercialização e cancelamento do credenciamento e demais outras sanções.

### 3.1 Sistemas de certificação orgânica

O sistema orgânico além do cuidado com o meio ambiente é nada mais do que a proteção de todos os indivíduos que existem no mundo, pois todos os recursos que são utilizados no mundo são finitos, isso quer dizer que sem os cuidados adequados do meio ambiente em que vivemos não podemos sobreviver, com isso, a certificação dos produtos orgânicos, garante por meio de alguns sistemas para o consumidor, que todos os cuidados com o meio ambiente em que ele vive estão sendo executados corretamente, e estão seguindo todas às regras da produção orgânica através das atividades executadas junto à unidade de produção e ao processos de certificação existente.

No Brasil existe em vigor três tipos de certificação de produtos orgânicos, todas elas reconhecidas pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg), ela que é um selo que está presente em todos os produtos orgânicos e em todo território. Na imagem 1, vemos o Modelo do Selo da SisOrg, que é administrada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pela Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Para o controle do sistema e mapeamento da produção orgânica no Brasil os tipos de certificação são: Certificação por Auditoria, Sistema Participativo de Garantia (SPG) e O Sistema de Social de Venda Direta

**Figura 1 - Selo da SisOrg**



Fonte: Guia para elaboração e verificação de rótulos de Produtos certificados IBD, p.9, (2018)

No Brasil, o Selo da SisOrg como controle de qualidade começou a ser exigido no início de 2011, segundo a mesma todos os alimentos produzidos e cultivados, e também vendidos, que possui o selo e todas as exigências que a Sisorg contém, o produto, no mínimo, contém 95% da sua composição em ingredientes de origem orgânica, já o restante da sua composição deve conter ingredientes dentro das normas da produção orgânica.

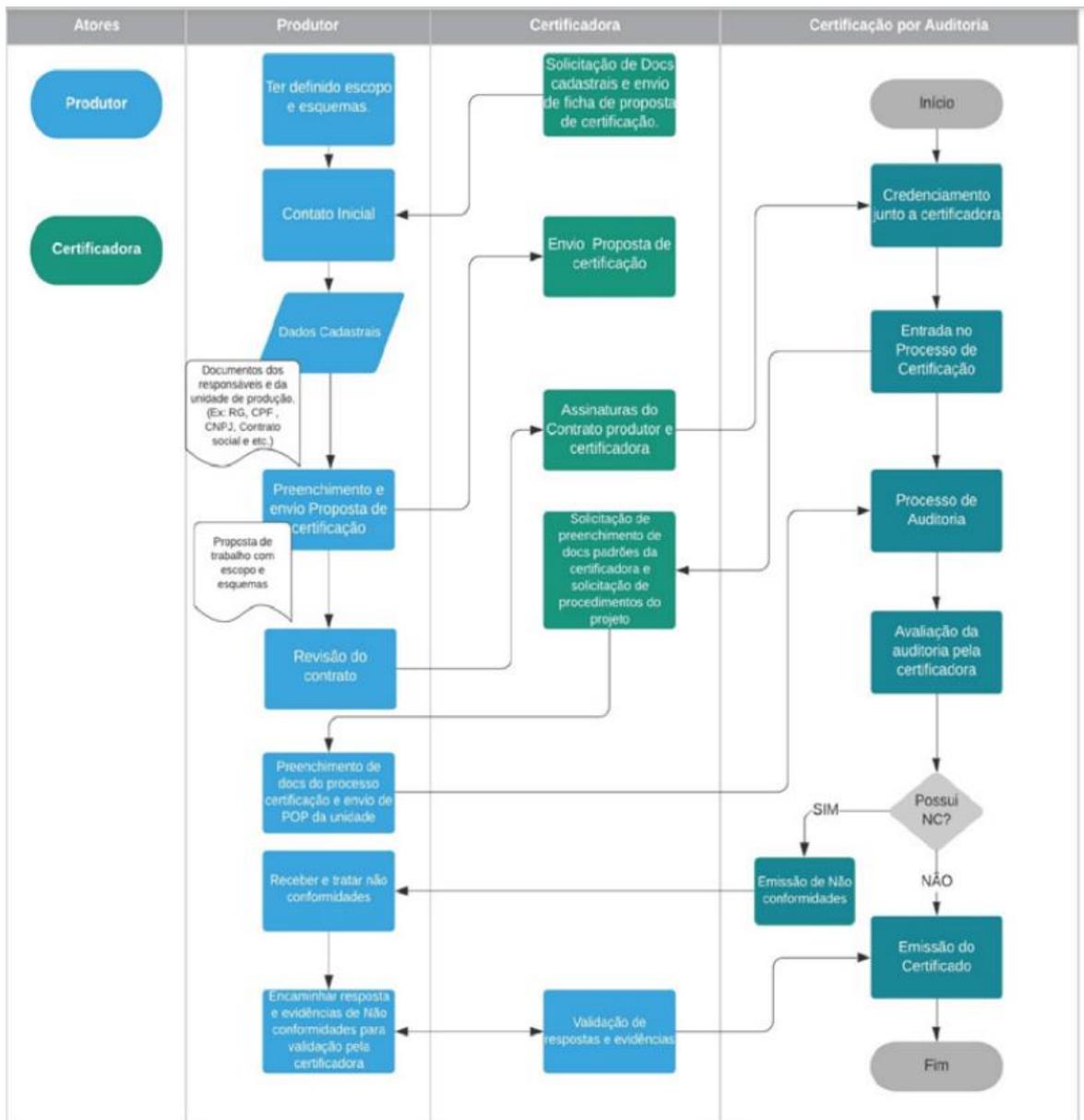
Contudo, existem nas três esferas, parâmetros possíveis para venda de produtos orgânicos no Brasil que esclarece que o produtor pode obter selo apenas com a SisOrg pela Certificação por Auditoria e Sistema Participativo de Garantia (SPG). Todos os dois métodos de certificação contêm o Selo da SisOrg. Não contém a obrigatoriedade de conter o selo da SisOrg o sistema de Venda direta, todos os detalhes dos tipos de certificação serão explicados posteriormente.

### **3.2 Certificação por auditoria**

São 3 tipos de certificação de produtos orgânicos no Brasil, por auditoria, sistema de participativo de garantias e certificação de controle social de venda direta, a certificação de produtos orgânico por auditoria segundo a Ecocert é:

Dos três principais tipos de certificação orgânica disponíveis, a certificação por auditoria é a que traz mais benefícios para o produtor. Nesta opção, a certificação orgânica é concedida por uma certificadora pública ou privada e devidamente registrada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A certificação por auditoria segue critérios internacionais de produção orgânica adaptados à legislação brasileira e consiste em inspeções regulares na empresa para que a produção seja continuamente examinada. Quando as atividades estão em conformidade com as normas da produção orgânica, o produtor conquista a certificação orgânica e ganha o direito de utilizar o selo SisOrg. (Ecocert, 2021, Online)

**Figura 2 - Fluxograma sobre o passo a passo da certificação orgânica por auditoria**



Fonte: EBOOK Certificação Orgânica final, p.10 2020

No fluxograma do quadro 2, sobre a Certificação de Orgânico por Auditoria, o primeiro passo tem que ser realizado a partir do agricultor para a definição do escopo e a esquematização de produção, com isso, é obrigatório certificar a área das culturas que serão certificadas e se existe produtos paralelos dentro da mesma produção que serão realizados de forma convencional, posteriormente, junto a certificadora que irá solicitar um documento de ficha de proposta de certificação. No ponto inicial entre o agricultor e certificadora será solicitado ao agricultor muitos documentos, porém, os principais são análise físico e químicos e microbiológicos da água, que é a principal fonte de abastecimento da produção, histórico de

formulação de fertilizantes e de rações para a estimativa de produção e procedimento de manutenção da integridade orgânica, após realizar o cadastro e o preenchimento de toda documentação, será feita uma revisita com o objetivo de assinar o contrato e realizar o credenciamento junto a certificadora que entrará no processo de certificação, com visita técnica no local da produção com avaliação e de todas as fichas técnicas de produção que pode ser ou não ser aprovado pelo técnico. Após todas as conformidades, está garantida a entidade certificadora poder realizar uma revisita sem agendamento para a conferência de todos os procedimentos antes da emissão do certificados, na emissão do certificado qualquer alteração do projeto de certificação pode ser avaliado pela certificadora, para a emissão da negativa da produção organizada sendo obrigatório realizar todos os passos anteriores para a obtenção da certificação orgânica.

Este é o selo que produção orgânica que tem que ser identificado como certificado por auditoria, que tem o objeto de identificar para o consumidor que todos os requisitos estão sendo tomados para garantia do alimento que o indivíduo irá consumir.

### **3.3 Sistema participativo de garantia**

O Sistema Participativo de Garantia, segundo a Ecocert:

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é baseado no controle que os próprios membros realizam para garantir que todos os participantes cumpram as regras da produção orgânica. Neste tipo de certificação orgânica, um grupo de pessoas (produtores, consumidores, outros interessados) unem-se em um só registro junto ao MAPA e formam um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac). Por meio do Opac, o grupo realiza visitas e fiscalizações nas propriedades de todos os participantes. Quando tudo está em conformidade, o SGP também garante o direito de utilizar o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg) - o produtor deve, no entanto, ter participação ativa no sistema e sempre seguir as normas, sob pena de perder a certificação orgânica em caso contrário. (Ecocert, 2021, Online)

O Sistema Participativo de Garantia é um controle social, além de uma criação de sistema de controle e de responsabilidade solidária, tudo controlado por membros que são os agricultores e colaboradores que criam sua rede de pessoas interessadas em contribuir com os sistemas, os membros que tem que solicitar a avaliação de conformidade para que possa saber se todas as normas de produção estão sendo seguidas e fornecer todas as informações sobre a informação da SPG que são exigidos pela OPAC.

Todos as pessoas tem o objetivo de contribuir com o sistema, com a geração de credibilidade, e assumir responsabilidade sobre toda a produção e o sistema, e esses sistemas tem que ter representação legal pela SPG, ter um comitê de aviação e um conselho de recursos formados por membros da SPG, gerar um organismo de guarda de registro e documentos relativos sobre as avaliações técnicas das conformidade e da integridade do sistemas, criar um sistema de apontamento de não conformidade e realizar a prevenção e as correções necessárias para os produtores.

A estrutura do sistema de participação de garantia contém uma comissão de Avaliação e Conselho de Recursos; Condição mínima de participação no cumprimento dos direitos e deveres dos membros; Previsão do número e frequência de reuniões e assembleias dos membros; Sanções e penalidades; Composição numérica de membros para se caracterizar um SPG; Exigências relativas à participação de membros; Direitos e deveres dos membros e entre outros critérios

O selo do sistema de participação de garantia deve conter a informação da certificação pela SPG e estar localizado na frente do produto para o consumidor saber qual o tipo de certificação.

### **3.4 Controle social para a venda direta**

O sistema de social de venda direta ou Organizações de Controle Social (OCS), segundo o MAPA, é uma organização sem selo que pode ser formado por um grupo ou associação cooperativa, ou consórcio de agricultores familiares, mas para isso, é preciso que exista uma relação e cooperatividade entre todos os membros para gerar um sistema de confiabilidade, são comuns nas feiras livres do interior do Brasil onde os vendedores são também os produtores e a simplicidade e os cuidados com o seus produtos gera uma credibilidade para o consumidor no sistema como um todo, seu principal papel é a orientação e por isso que se é preciso fazer reuniões com os comitês para avaliação de técnica que estejam nas regulamentações a lei 10.831,

As Organizações de Controle Social (OCS) são sistemas participativos de certificação orgânica, onde os agricultores familiares é que dão a garantia da qualidade, ao possibilitar a sociedade, consumidores, cooperativas e outros, a visita as propriedades, com verificação in loco da produção orgânica (MOREIRA e BÉCKER, 2018).

A legislação determina que as Organizações de Controle Social se cadastrem nas Superintendências Federais de Agricultura do Mapa, para que tenham a regulamentação correta, e que os produtores que não estejam trabalhando corretamente, após as denúncias, sejam rastreados e punidos corretamente como a lei 10.831 exige.

O processo de venda direta tem importante valor social, pois leva ao contato direto entre o consumidor e produtor, sem intermediários, ou seja, criam as cadeias curtas para venda de produtos locais. Ao mesmo tempo, o consumidor poderá visitar a propriedade, acompanhar todo o processo produtivo, observar as práticas de manejo adotadas, além de proporcionar troca de experiências, o contato com a natureza, a aquisição dos produtos por preços mais justos, favorecendo a relação de comprometimento e confiança e um poder maior de cobrança por parte do consumidor (BÉCKER et al., 2016)

Todos os produtores contêm uma declaração de participação do sistema social de venda direta que pode ser apresentado caso o consumidor deseje, ele também tem obrigação de realizar o cadastro na OCS para fazer o controle de tudo que é produzido, a OCS deve atualizar as listas dos principais produtos e quantidades de produção por unidade de produção familiar, também outras exigências como atualização de cadastro de agricultores e informes periódicas de produção e dos agricultores.

O guia prático Formação de Organizações de Controle Social (OCS) de (2020) do (Mapa), traz alguns pontos sobre o processo para os agricultores sobre a entrada no processo de Controle Social para a venda direta, porque é motivada pelas trocas de experiências com outros membros da Rede que já passaram pelo processo, que é o principal ponto, tornaram-se famílias agricultoras orgânicas regularizadas, esse guia tem o objetivo de ajudar os agricultores familiares para o incentivo a entrada em algumas OCS ou ajudar a formação da mesma.

Para as famílias agricultoras que desejam regularizar a produção como orgânica devem constituir uma Organização de Controle Social (OCS), e convidar também o público consumidor para fazer parte do grupo. A OCS pode ser constituída por agricultores familiares orgânicos organizados formal ou informalmente como grupo, e associação ou também como cooperativa ou consórcio.

Sobre o apoio dos sistemas governamentais para a venda dos produtos, As famílias agricultoras das OCS também podem comercializar seus produtos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a outros

programas de aquisição de alimentos das esferas estadual e municipal. Nesses programas, os produtos orgânicos são comercializados pelo preço de valor do mercado local ou regional, registrados pelo período de um ano ou, no caso da inexistência desse registro, poderá ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais<sup>3</sup>. (MAPA 2020)

Cabe salientar que este agricultor familiar deverá ser reconhecido legalmente como tal, através da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Conforme Instrução Normativa nº 19, de maio de 2009 (BRASIL, 2009), em seu Art. 124, o cadastramento por venda direta ao consumidor não tem a presença do selo (SisOrg), no entanto possui a mesma credibilidade e confiança dos produtos que utilizam o selo, pois sendo cadastrados junto a um órgão fiscalizador ou Superintendências do MAPA, incluem além da própria fiscalização do MAPA, a fiscalização entre os pares, ou seja, os próprios agricultores, consumidores e técnicos que constituem a OCS, garantindo assim a qualidade dos produtos. KRONBAUER, E. A.; BERNARDO, M. A. T.; ZANETTI, C.; BIONDO, E. (2019) Pag. 106

As OCS deverão possuir processo próprio de controle, estar ativas e garantir o direito de visita pelo público consumidor e o livre acesso do órgão fiscalizador às unidades de produção a ela vinculadas. Os órgãos fiscalizadores responsáveis pelo cadastramento e acompanhamento das OCS são as Superintendências Federais de Agricultura/Mapa nos Estados ou, mediante convênio, outros órgãos das esferas federal, estadual ou distrital. Cabe ao órgão fiscalizador emitir a Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado para cada membro da OCS, além de inserir as informações da OCS e manter atualizado o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. O trabalho em rede também facilita positivamente o processo de formação das OCS. (MAPA, 2020)

As OCS traçam um perfil para qual o objetivo de ser agricultor ou agricultora familiar, que deve conter Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) principalmente conhecer e cumprir as normas e os princípios da produção orgânica e aquelas relacionadas às questões sanitárias, ambientais e sociais; os agricultores devem estar dispostos a participar ativamente de todas atividades promovidas pela OCS (reuniões, visitas de pares, capacitações, feiras); Responder solidariamente por qualquer irregularidade cometida por um dos membros da OCS; Conter registros das atividades muito bem documentadas relativas à produção para garantir a rastreabilidade dos produtos; Guardar notas fiscais e recibos de compra de insumos e pagamentos de serviços; Fazer o registro dos dados de comercialização (diversidade, preço e

quantidade vendida); Concordar em permitir o livre acesso do público consumidor e dos órgãos de fiscalização à sua unidade de produção ou de processamento.

Muitas vezes a demanda surge de famílias agricultoras vizinhas a grupos já pertencentes a alguma OCS: é a “cultura da cerca”, quando se percebe que algo novo e diferenciado está acontecendo, como: agrupamento comunitário antes não visto; a presença de técnicas e técnicos, professoras e professores, estudantes, público consumidor e de famílias agricultoras de outras regiões; a diversificação da produção e o aumento da renda. O resultado é que famílias que ainda não está na OCS, percebem a mudança no ambiente e os resultados da construção da OCS florando, a etapa de sensibilização das famílias é fundamental na formação de uma OCS, iniciando por: não estão associadas a uma OCS, (MAPA, 2020)

Na face de capacitação técnica a sensibilização, surge o momento de capacitar as famílias agricultoras nas práticas agroecológicas, utilizando a grande quantidade de informações disponíveis. Nesse momento, pode surgir insegurança por não conhecerem as práticas e pela obrigação de utilizá-las. dá devido a um profundo conhecimento de uso e manejo da biodiversidade, na manutenção e no aumento da fertilidade do solo e no controle de pragas e doenças na produção vegetal. Em relação à fertilidade do solo, por exemplo, muitas famílias agricultoras conduzem um tipo de agricultura denominado “corte e queima” ou manejo itinerante, na qual as áreas cultivadas com culturas de ciclo curto ou sem perenes são abandonadas após alguns anos de uso e deixadas em pousio ou “descanso”. Neste período ocorre a regeneração da vegetação natural (capoeira), e a dinâmica da ciclagem da matéria orgânica nutre novamente o solo da área para que ela possa ser utilizada novamente. O tempo determinado para esse pousio depende do uso anterior da área, podendo variar de quatro a mais de 10 anos (MAPA, 2020)

Todas as famílias agricultoras devem elaborar um Plano de Manejo Orgânico, que deve ser aprovado pela OCS da qual fazem parte. Nele são detalhados os insumos e as práticas adotados em sua(s) unidade(s) de produção, suas alterações e atualizações, quando efetuadas, conforme o Art. 8º IN 46/17 (MAPA, 2020)

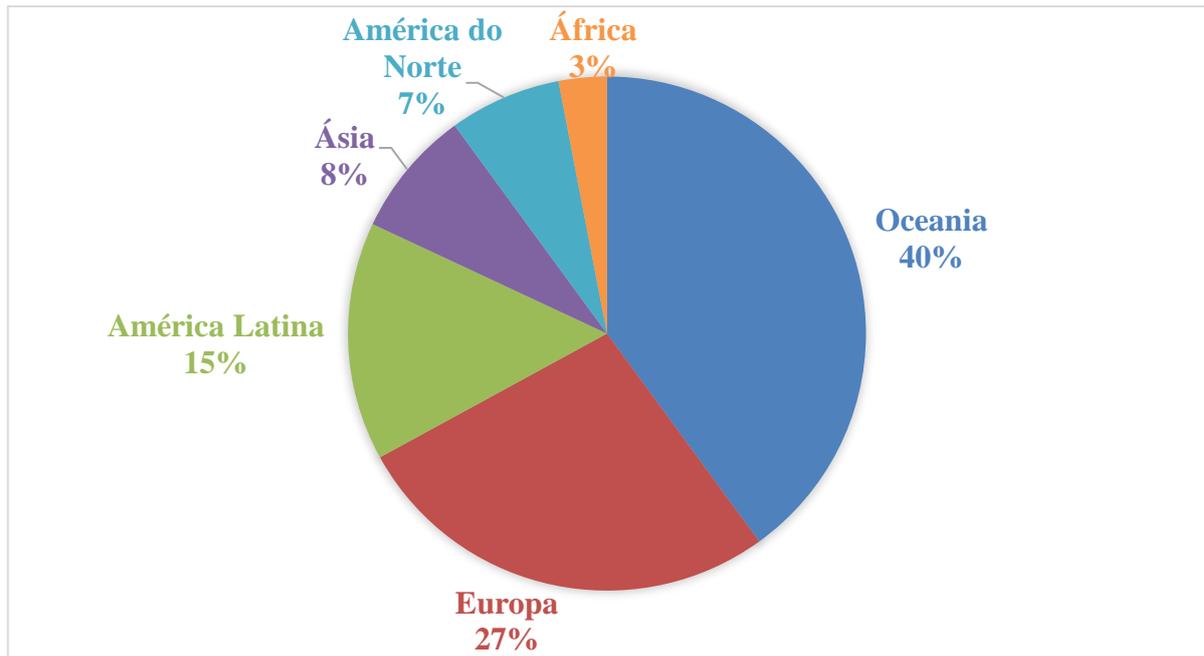
Histórico de utilização da área; Manutenção ou incremento da biodiversidade; Manejo dos resíduos; Conservação do solo e da água; Manejos da produção vegetal, tais como: a. manejo fitossanitário; b. material de propagação; c. instalações; e d. nutrição;. Manejos da produção animal, tais como: a. bem-estar animal; b. plano para a promoção da saúde animal; c. manejo sanitário; d. nutrição, incluindo plano anual de alimentação; e. reprodução e material de multiplicação;

Manejo dos animais de serviço, subsistência, companhia, ornamentais e outros, de seus produtos, subprodutos ou dejetos sem fins de comercialização como orgânicos e insumos usados nesses animais; Procedimentos para pós-produção, envase, armazenamento, processamento, transporte e comercialização; Medidas para prevenção e mitigação de riscos em relação às fontes de contaminantes, principalmente de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e derivados, bem como das áreas de produção não orgânicas para as orgânicas; Procedimentos que contemplem a aplicação das boas práticas de produção; As inter-relações ambientais, econômicas e sociais; Croqui e descrição da ocupação, localização e acesso da unidade de produção, considerando os aspectos produtivos e ambientais; Periodicidade de controle da qualidade da água, para uso na unidade de produção, por meio de tratamentos e análises para verificação da contaminação química e microbiológica. a. medidas de proteção em relação às fontes de contaminantes para áreas limítrofes com unidades de produção não orgânicas; b. controle da qualidade da água, dentro da unidade de produção, por meio de análises para verificação da contaminação química e microbiológica, que deverá ocorrer a critério da OCS. (MAPA, 2020)

### **3.5 Panorama dos sistemas mundiais e brasileiro**

O sistema agroecológico é desenvolvido para o melhor aproveitamento da produção organizada, aumentando constantemente a produção organizada principalmente na Europa, os países Asiáticos e o continente da Oceania, onde a cultura do orgânico contém uma grande relevância para a tradição culinária dos países.

Gráfico 1 – Venda



**de produtos orgânicos no mundo**

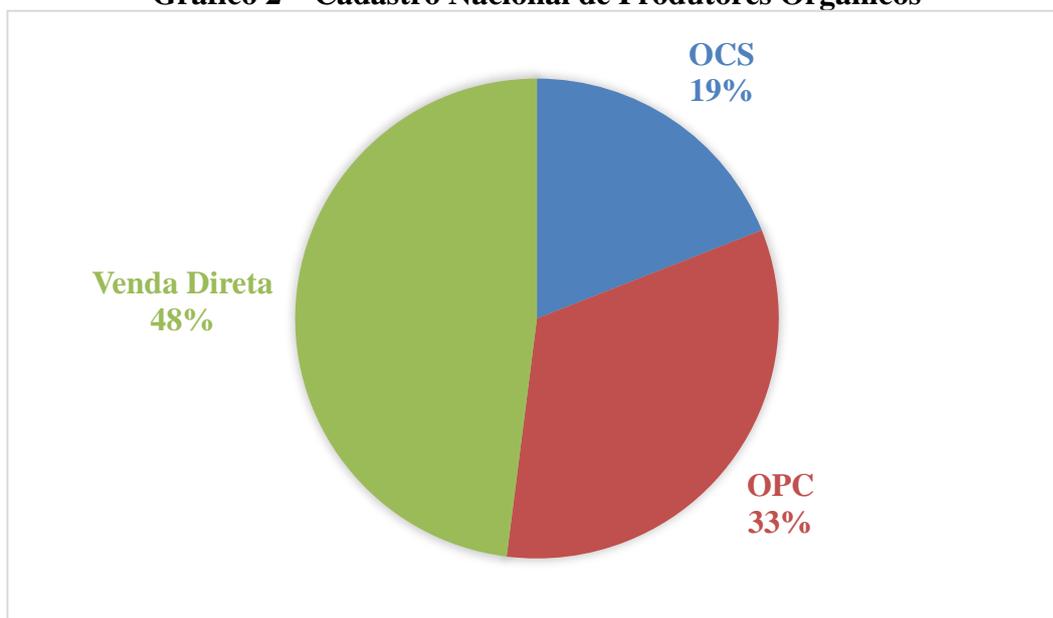
Fonte: The World of Organic Agriculture, p.39 (2016)

Dados da The International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM - Organics International) estudos realizados no ano de 2016 com o título: Orgânico 3.0, para uma agricultura e consumo verdadeiramente sustentáveis. 3 continentes são destacáveis na produção por hectare, Oceania em primeiro lugar com 17,3 milhões de hectares, 40% das terras agrícolas orgânicas do mundo, e em segundo lugar Europa 11,6 milhões de hectares, 27% das terras agrícolas orgânicas do mundo, e em terceiro lugar a América Latina tem 6,8 milhões de hectares, 15% das terras agrícolas orgânicas do mundo, esses 3 países são responsáveis por 82% das terras que produzem a agricultura orgânica no mundo, posteriormente vem Ásia 3,6 milhões de hectares, 8%, América do Norte 3,1 milhões de hectares, 7% e África 1,3 milhão de hectares, 3%, os 3 principais países com a maior produção por hectares do mundo é Austrália 17,2 milhões de hectares, Argentina 3,1 milhões de hectares e Estados Unidos 2,2 milhões de hectares, a produção mundial de varejo com alimento e bebidas rendeu 80 Bilhões de dólares no ano de 2014 a América do Norte e Europa ela geram a venda de 90% das vendas mundiais de alimentos e bebidas orgânicas o destino das exportações são geralmente Ásia, América Latina e África, os principais mercados de produtos orgânicos no mundo são Estados Unidos (27,1 bilhões de euros), Alemanha (7,9 bilhões de euros) e França (4,8 bilhões de euros) maior mercado único foi os Estados Unidos

(aproximadamente 43% do mercado global) a União Europeia (23,9 bilhões de euros, 38%) e China (3,7 bilhões de euros, 6%)

No Brasil, segundo informações do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA, existem 26.586 produtores cadastrados, onde 12.736 são produtores certificados por certificadoras (Sistema de Certificação por Auditoria) (representando cerca de 48% dos produtores cadastrados) (MAPA, 2017), na qual a principal certificadora é IBD Certificações Ltda, sendo essa a maior certificadora da América Latina. Ela certifica produtos orgânicos, biodinâmicos e produtos da agricultura sustentável, socioambiental. A IBD possui reconhecimento internacional e é a única certificadora brasileira de produtos orgânicos com credenciamento na Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM). Também é credenciada série ISO/IEC17065(mercado europeu regulamento CE 834/2007), Demeter (mercado internacional), USDA/NOP (mercado norte-americano) e aprovado para uso do selo SISORG (mercado brasileiro), o que torna seu certificado aceito globalmente, (IBD,2019).

**Gráfico 2 – Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**



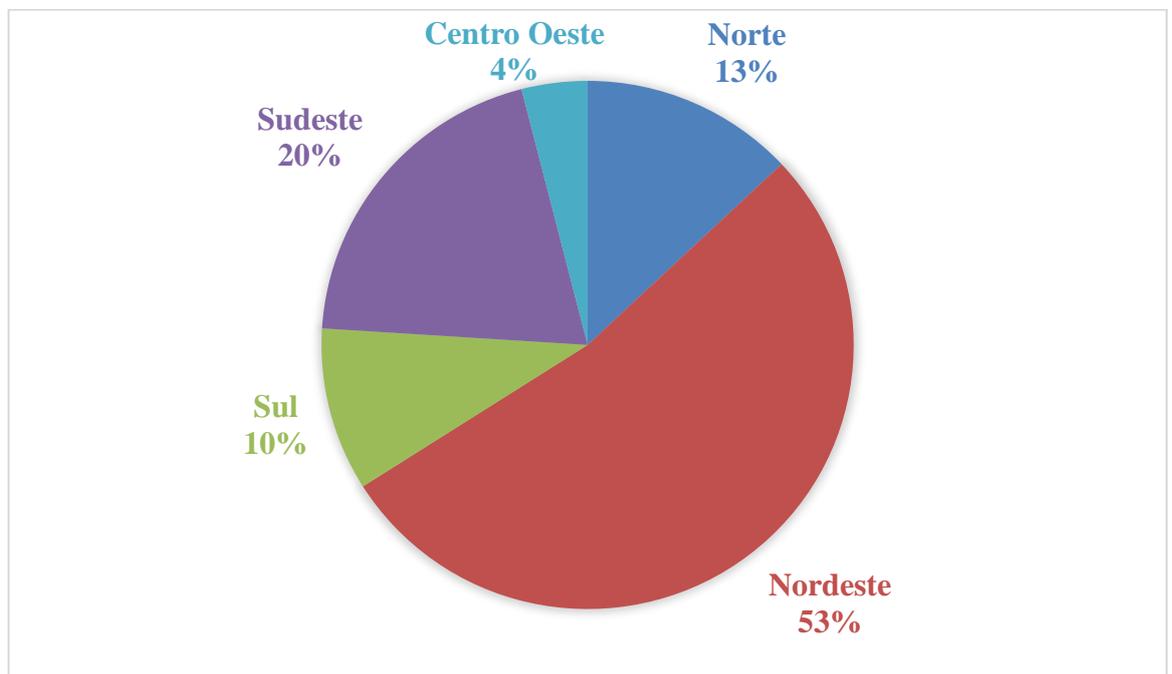
Fonte: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)

Observando, ainda, nota-se que 5.106 produtores são certificados pelas Organização de Controle Social (OCS) (representando 19% dos produtores cadastrados), os produtores são de associações espalhas em todo o território nacional. Já 8744 dos produtores são certificados por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) (representando 33% dos produtores cadastrados). Assim, nota-se que a venda dos produtos com certificação é a forma

mais utilizada pelos produtores, pois eles podem acessar vários mercados além das feiras livres, os mercados de contato direto entre produtor e consumidor.

Há, também, cobrança dos consumidores por certificação. Importante observar que a Rede Ecovida de Agroecologia, que é uma instituição pioneira em Certificação Participativa, que remonta ao início da década de 1990, tem aproximadamente 12% dos produtores credenciados.

**Gráfico 3 – Certificados pelas Organização de Controle Social (OCS) por região**



Fonte: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)

Entre as OCS por região vemos que a maior concentração se localiza no estado do nordeste com 53% de todos os agricultores cadastrados, mas na região norte está localizado a maior OCS com 131 localizado no estado de Amazonas (AM), a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) localizado no município de Carauari - AM 794.745 km de distância para a Capital Manaus – AM.

[...]Segundo a Equatorinitiative Associação dos Produtores Rurais de Carauari a Tem como missão organizar e representar os trabalhadores rurais na luta pela garantia dos direitos, viabilizando processos de organização e comercialização da produção solidária e sustentável, para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida, com a conservação dos recursos naturais. na década de 1990 a população se

organizou através da ASPROC para conquistar o acesso aos até então raros direitos sociais na região, como escola básica, atendimento de saúde e justa comercialização dos produtos agroextrativistas. Como resultado das demandas locais, foram criadas duas reservas de uso sustentável na região a Reserva Extrativista (RESEX) hoje, quase 2000 pessoas vivem dentro das reservas, distribuídas em 45 comunidades, sendo mais de 500 associados da ASPROC. [...] Equatorinitiative, 2021, (Online).

### **3.6 Panorama do sertão alagoano**

Em relação a área espacial em Alagoas são aproximadamente 1.640 mil hectares, sendo 502 mil hectares, destinados a lavouras temporárias e para o cultivo de flores, 817 mil hectares para pastagem naturais e plantada, 171 mil hectares destinados a mata ou floresta e 38 mil hectares destinados a sistemas agroflorestais. Interessante apontar que a maior parte dos produtores esses dedicam produção de vegetais (IBGE, Censo Agropecuário 2017).

Nos sites do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto de Terras e Reforma Agrária De Alagoas (ITERAL) e O Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CEDAFRA), foi possível obter apenas uma informação sobre o processo de certificação de produtores orgânicos em Alagoas: sobre a capacitação de técnicos para emitir certificações de orgânicos. A Informação apresenta que:

Cerca de 25 profissionais, entre agrônomos, técnicos agrícolas e outras áreas de formação das Ciências Agrárias, estão sendo treinados na sede do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Sebrae/AL, em Maceió, desta terceira (8) até aproxima quinta-feira (10) pelo consultor Marcelo Nunes, o objetivo é formar um grupo de profissionais apto a emitir a certificações participativa de alimentos com garantia de conformidade orgânica para a agricultores que produzem alimentos sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e em harmonia com o meio ambiente. Com essa garantia, os produtores recebem do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) o selo de alimento orgânico (MAPA,2020).

Em Alagoas são 101 produtores cadastrados no sistema de certificação orgânicos pela Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA, onde 13 são do município de União dos Palmares, 1 do município de Rio Largo 14 no município Pão de Açúcar 11 do município de Palmeira dos Índios, 11 do município de Murici, 4 do município Messias, 8 do município Mata Grande, 1 do município Marechal Deodoro, 1 do município Maceió, 1 do município Inhapi, 9 do município Ibataguara, 2 do município Estrela de Alagoas, 2 do

município Cacimbinhas, 5 do município Branquinha, 1 do município Belo Monte, 7 do município Atalaia e 10 de Arapiraca. Todos os produtores são ativos, dados atualizados em 09 de março 2022, Em sua maioria, os produtores são localizados no agreste alagoano, porém se destaca a cidade de Pão de Açúcar, localizada no sertão alagoano com 14 produtores no CNPO da Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia do Mun. De Pão De Açúcar (Apa), associação essa que está em vigor desde 2008, o escopo da produção desses produtores é produção primária vegetal, está cadastrado no CNPO os produtos: acelga; couve, couve-mineira, couve-crespa ou couve-manteiga; alface.

São 6 Produtores certificados pelo método de certificação por Auditoria, todos certificados pelo IBD Certificações LTDA a maior certificadora de produtos orgânicos da América Latina e a única certificadora brasileira de produtos orgânicos com certificação IFOAM para mercado internacional, são produzidos: Produtos derivados de coco e leite e produtos produzidos como produtos base, o mel, e são 95 OCS a que se mais destaca é como falado anteriormente a Associação dos Pequenos Produtores em Agroecologia do Mun. De Pão De Açúcar (Apa) mas vale ressaltar a Cooperativa dos Produtores Agroecológicos de Alagoas- Terragreste com 10 produtores cadastrados no município, também trabalha com produção primária vegetal.

Dia 10 de setembro de 2021, realizei uma visita aos agricultores que participam da agricultura familiar do município de São José da Tapera no Sertão Alagoano, acompanhado pela técnica em zootecnia do Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER) Eliane v. Rocha e também por um discente do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) Técnico em Agricultura que não quis se identificar, visitei 3 agricultores, são os mais ativos que participam da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de São José da Tapera e Região COOPCAF, e contém certificado de Organização Controle social (OCS) certificado adquirido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), vale ressaltar que esses produtores contendo o certificado não estão contidos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA, entrando em contato com o Mapa, o mesmo não soube informar por que os produtores não estão cadastrados no sistema mas que o CNPO é atualizado sempre que necessário. O certificado foi adquirido no ano de 2008 com visita técnica no ambiente por técnico do MAPA para realização de vistoria do ambiente e controle de água, produção de alimentos, colheita teste de solo e atmosfera, e com a contatação de todo os métodos inteiramente adequados a produção

dos produtos orgânicos. O MAPA junto com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASSA) realizou a entrada do certificado para os produtores.

O Primeiro agricultor, senhor José Taliano Filho residente do município de São José da Tapera em Alagoas, Técnico Agrônomo, trabalhou muito anos pela agricultura familiar na Emater e na Secretaria de Cultura de São José da Tapera em Alagoas, hoje, possui propriedade no sítio de Antas localizado na Al-130 a aproximadamente 7 km do centro da cidade de São José da Tapera, trabalha com o cultivo de todos os tipos de hortaliça, como exemplo, a cebola, cebolinha, coentro e pimentão, também trabalha com tomate, batata macaxeira, feijão e caju onde o mesmo afirmou que tira uma renda de 1000 mil reais apenas com a fruta, e tudo contendo o certificado de produção orgânica, mas o principal trabalho é com Cana de Açúcar onde é a sua maior produção, sua propriedade é de 4 equitares, o agricultor possui barragem advinda de um vazamento da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), e a muitos anos o vazamento não contem concerto pela Casal, depois contem, durante o ano todo sua produção de agricultura junto com a cooperativa conseguiu o Selo para melhorar seus rendimento. Segundo Sr. Taliano, melhorou a aceitação dos consumidores e o aumento e o entendimento da procura do melhor produto, sendo ele orgânico também incentivou aumento de suas vendas, a procura pelo seu produto melhorou bastante, e o agricultor afirma que seu rendimento chega a R\$4000,00 reais por mês sendo uma melhora de 100%, e que os principais consumidores são a população que compra do agricultor na feira livre no município de São José da Tapera e Carneiros também vende para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAIS) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

**Figura 3** – Declaração de cadastro de produção vinculado a OCS do Sr. José Taliano

**DECLARAÇÃO DE CADASTRO DE PRODUTOR VINCULADO A OCS\***

Declaro, para os devidos fins, que o Sr. José Taliano Filho, CPF nº 499.471.334-00, estabelecido no Sítio Antas, Município de São José da Tapera, Alagoas, é produtor familiar orgânico cadastrado nesta Superintendência Federal de Agricultura de Alagoas, Processo-SEL- nº 21006.001317/2019-00, CNPO nº 55917881, vinculado ao Organismo de Controle Social - OCS nº 000206- Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar- COOPCAF, estando **autorizado a comercializar produtos orgânicos não certificados** diretamente ao consumidor, nos termos da Lei nº 10.831, de 23 dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

Maceió, 11 de Outubro de 2019.

*Edler Pitta*

**JOSÉ EDLER PEREIRA PITTA**  
FISCAL FEDERAL AGROPECUARIO  
Casa da DPDA-CGAL SFAAL

*Luis Carlos Jimen Ko*

**Luis Carlos Jimen Ko**  
Auditor Fiscal Federal Agropecuario  
Matr. MAFPE-1422951

*Alay Correia de Amorim*

**Alay Correia de Amorim**  
Superintendente Federal  
de Agricultura - AL

Fonte: Acervo pessoal (2021)

**Figura 4 - Imagem do produtor Taliano e a técnica da Emater Eliane e a traz a barragem**



Fonte: Acervo pessoal (2021)

O segundo Agricultor que realizei a visita foi o senhor José Agnaldo dos Santos morador do sítio Macena, agricultor simples e bastante tímido mas um grande agricultor, também de São José da Tapera, o produtor humilde conseguiu comprar terra com 1 hectare próximo ao canal do sertão, onde com felicidade no rosto, o produtor afirmou que está mudando de vida mesmo não querendo informar valor que o mesmo recebe com a produção. Ele afirmou que após conseguir o Certificado pelo MAPA a vida mudou 100%, pois com a apresentação do certificado para o seu cliente, ele passou a criar cada vez mais confiabilidade dos seus produtos que são: todos os tipos hortaliça cebola, cebolinha, coentro e pimentão, também trabalha com tomate, batata, macaxeira, vários tipos de feijão e milho e até uva que é seu principal produto, suas melhores vendas são para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAIS) e conseguiu por meios de licitação que venha para a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de São José da Tapera e Região COOPCAF, ele afirma que está muito feliz após a conseguir o certificado e que mudou de vida.

**Figura 5** - Imagem do produtor Agnaldo e a técnica da Emater Eliane.



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Visitei também o agricultor Edésio Melo (Seu Dedé) que mora com sua esposa no Sítio Bananeira, na cidade de São José da Tapera, participante da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de São José da Tapera e Região COOPCAF, também possui o certificado pelo MAPA, certificado esse de Organização Controle social (OCS) também possui uma Barragem subterrânea, que é uma tecnologia social de baixo custo, que visa a obtenção de desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro

**Figura 6:** Barragem Subterrânea feita com recursos próprios por Seu Dedé.



Fonte: Acervo pessoal (2021)

A experiência com barragens subterrâneas comprova que ela contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras, bem como para a geração de renda a partir da comercialização dos produtos as feirinhas agroecológicas [...]. A barragem também diminui a demanda por produtos externos à propriedade, como alguns alimentos, fitoterápicos e pequenos animais [...]. Outro fator importante é proporcionar às famílias maior poder aquisitivo e acesso a bens de consumo. (SOLOS, 2015, n.p).

Suas melhores vendas são pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAIS) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), seu principal produto são todos os tipos de hortaliça (Cebola, cebolinha, coentro, pimentão) e a macaxeira, o agricultor trabalha também com a venda direta para feira livre e entrega a domicílio, tudo no município de São José da Tapera, ele junto com seus familiares, obtiveram uma melhora considerável de vendas após o recebimento do certificado, com isso, o Edésio Melo comenta que chega a receber cerca de R\$1.200,00 por semana, podendo assim ajudar a sua família, com o Seu Dedé trabalham 3 filhos que ajudam indiretamente e diretamente na produção e cultivo, e também na venda para os consumidores, que ele relata que ficam bastante felizes e que seus produtos sempre acabam rápido

**Figura 7** - Imagem da produção do Edésio Melo



Fonte: Acervo pessoal (2021)

## 4 CONCLUSÕES

Em virtude dos fatos mencionado vimos que esse trabalho menciona inicialmente o surgimento dos métodos de certificação de produtos orgânicos desde 1924 na Alemanha por Rudolph até em 1940 nos Estados Unidos da América, com Jerome Irving Rodale, onde surge varios métodos de produção orgânica sempre pensando no ecossistema cuidado com a natureza e o preocupassem com a qualidade biológica pesando em todos os métodos desde a preparação do solo, plantação, irrigação e cultivo, todos os pontos são importante para manter as normas exigidas para a produção de produtos orgânico e agroecológicos.

Brasil é dividido em 3 certificação, por Auditoria, certificação de Sistema de Participação de Garantia e Controle Social para a Venda Direta (OCS) essa tipologia são para determina os métodos de venda e produção mas meu trabalho foi focado na certificação de produtos orgânicos de Controle Social para a Venda Direta, onde eu realizei minha pesquisa apresentei também o panorama mundial de certificação que vimos que o mundo é dominado por 3 principais continente produtores de certificação de produtos orgânicos que são Oceania Europa e América Latina onde juntos tem 82% produtos orgânicos do mundo no Brasil OCS são 19% onde 54% se localiza na região nordestes

Enfim podemos ver que existe um grande mercado mundial para os produtores de certificação dos produtos orgânicos e que existe 3 praticas de certificação com isso analisado o estudo de caso vimos que o retorno financeiro existe que a procurar aumenta cada vez mais, pois a preocupação o ecossistema onde vivemos aumente e isso torna que os consumido ficam cada vez mais atraídos por produtos orgânicos, fora que com essa atração o sistema financeira pessoal traz um bem estar para as famílias dos pequenos agricultores nelas existente, então podemos concluir que a existências de produtos orgânicos trás o bem está para a natureza e que altera o ecossistema para melhor também podemos afirmar que que a mudanças ajuda também os pequenos produtores tanto no financeira como também na felicidade pessoal de está agradando seus consumidores

## 5 Referências Bibliográficas

WILLER, Helga e LERNOUD, Julia (Eds.) (2019). O mundo da agricultura orgânica. Statistics and Emerging Trends 2019. Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica (FIBL), FRIEL, e IFOAM Organics International, Bonn.

Quais são as certificações orgânicas possíveis?. **Sebrae**, [s.d.] Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/faq/quais-sao-as-certificacoes-organicas-possiveis,167ce7aa10210610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 04, abril de 2020.

Cenário brasileiro. **Sebrae**, [s.d.] disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosOrganizacao/o-que-e-agricultura-organica,69d9438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 02, abril de 2020.

MALAFIA JUNIOR, Silvino. Perfil de Mercado. **Sebrae**, 2010. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/2292E16EC810F375832578810045A77E/\\$File/NT000455A6.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2292E16EC810F375832578810045A77E/$File/NT000455A6.pdf). Acesso em: 05 de maio de 2020.

Karine Vriesman, Alice Kiyoteru Okuyama, Kássio Hugo Rocha, Carlos Pedro Henrique Weirich Neto, Pedro. Revista Conexão UEPG, ISSN-e 2238-7315, Vol. 8, Nº. 1, 2012, págs. 138-149

MARTINS DE SOUZA, Maria Célia. Produtos Orgânicos. In ZYLBERSZTAJN, Decio. & NEVES, Marcos F. (orgs). Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000, p. 385-402.

PINTO, Luís Fernando Guedes & PRADA, Laura de Santis. Fundamentos da certificação socioambiental. In: FERRAZ, J.M.G.; PRADA, Laura de Santis & PAIXÃO, M. Certificação socioambiental do setor sucro-alcooleiro. São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000, p. 15-31.

Regularização da Produção Orgânica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, [s.d.] Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao-organica>. Acesso em: 04 abril de 2020.

Le Prestre P.G. Ecopolítica Internacional. 2ed. São Paulo: Senac-SP, 2005.

Montenegro, L. Por qué es importante La certificación en la producción orgánica. Mundo Orgánico. Buenos Aires. (1): 22-4. 1994. SOBRE O IBD. ibd, c2019, Disponível em: <<https://www.ibd.com.br/about-us/>>. Acesso em: 13, abril de 2020.

ARL, V. 2007. Uma identidade que se constrói em rede: Rede Ecovida de Agroecologia. Caderno de Formação 01. Lapa, Rede Ecovida Agroecologia. 46p.j

Certificação Rede Ecovida de Agroecologia [s.d.] disponível em: <<http://ecovida.org.br/certificacao/>>. Acesso em: 26, julho de 2020.

Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. (2022) Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 09 de maio de 2022.

Agricultura, S.d.(2020).SecretariadeEstadodaAgricultura,Pecuária,PescaeAquicultura., disponível em: <http://www.agricultura.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2011/novembro/tecnicos-sao-capacitados-para-emitir-certificacao-de-organicos/?searchterm=certifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 de Setembro de 2020

Censo Agropecuário. (2017) IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/24/76693>>. Acesso em:27 julho de 2020.

REZENDE, C. L. O agronegócio dos alimentos orgânicos. Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Agronegócios – MBA, Fundance – jul. 2005.

BECKER, Claudio; NESKE, Marcio Zamboni; GUIMARÃES, Leandro Alonso. Inovações agroalimentares na agricultura do Pampa Gaúcho: construção coletiva de um mecanismo de certificação participativa em Santana do Livramento, RS. Cadernos de Agroecologia. Brasília/DF, v. 10, n. 3, 2016.

SOLOS, Embrapa. Barragens Subterrâneas Amenizam Efeitos da Seca no Semiárido. n.p, 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/3195961/barragens-subterraneas-amenizam-efeitos-da-seca-no-semiarido>. Acesso em: 22 de ago. de 2019

FONSECA, M.F.A.C. et al. Agricultura orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos e critério para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói : Programa Rio Rural, 2009. (Programa Rio Rural. Manual Técnico, 19).

Organização de Controle Social Defensores Da Natureza: Relato De Experiência Sobre Regularização Da Produção Orgânica em Arroio Do Meio, Rs 2019 Pag. 106

Certificação de produtos orgânicos no Brasil. Disponível em: <https://www.ecocert.com/pt-BR/artigo/5091228>. acessado em: 06 de fevereiro de 2022

Selo SisOrg: tudo o que você precisa saber sobre esta certificação. Disponível em: <https://2marias.com.br/blog/selo-sisorg-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-esta-certificacao>. Acessado em: 23 de maio de 2022

Formação de Organizações de Controle Social (OSC). Disponível em <https://www.organicsnet.com.br/site/wp-content/uploads/2020/10/guia-ocs-formacao-de-organizacoes-de-controle-social-ocs.pdf>. Acessado em 24 de maio de 2022.

Associação dos produtores Rurais de Carauari – ASPROC Disponível em: <https://www.equatorinitiative.org/2020/04/24/solution11126>. Acessado de 15 de maio de 2022